

ANÁLISE COMPARATIVA DAS FEIRAS LIVRES CONVENCIONAIS E ORGÂNICAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS (SP)

Vanessa Ayumi Ueno¹
Giovanna Garcia Fagundes²
Mohamed Habib³

Resumo: A comercialização de produtos da agricultura familiar (AF) em circuitos curtos tem sido referendada como uma importante estratégia de consolidação de mercados locais alternativos, de garantia da segurança alimentar e nutricional, bem como de conservação da agrobiodiversidade. No entanto, ainda são poucas as pesquisas que analisam o potencial das feiras como mecanismo de política pública para o fomento da AF. Sendo assim, neste trabalho analisaram-se comparativamente feiras orgânicas e convencionais do município de Campinas (SP). Compararam-se: o perfil dos feirantes, sua relação com a agricultura familiar, grau de (in)segurança alimentar e produção para autoconsumo; os circuitos de comercialização e a agrobiodiversidade. Para tal, realizaram-se entrevistas (n=18) semiestruturadas com os feirantes de 3 feiras orgânicas e 3 convencionais; aplicou-se a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) e coleta de dados dos produtos ocorreu mensalmente. Constatou-se que as feiras orgânicas fomentam a AF já que na maioria (88%) das barracas os próprios produtores se encarregam das vendas, sendo 63% produtores familiares. Já a comercialização nas feiras convencionais dá-se basicamente em circuitos longos, sendo que nenhum feirante é produtor rural. Contudo, para 82% dessa categoria a atividade de feira representa uma atividade familiar. Avaliou-se que nenhum feirante sofre de insegurança alimentar, mas, em termos qualitativos a alimentação dos feirantes orgânicos foi superior, já que 80% de sua alimentação vêm de produção orgânica para autoconsumo. Em relação à agrobiodiversidade, as feiras convencionais apresentaram maior variedade de produtos (n= 184) que as orgânicas (n= 128), possivelmente porque a aquisição junto ao CEASA amplia seu acesso a mercadorias.

Palavras-chave: Feiras; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar e Nutricional; Autoconsumo.

¹Bióloga, Mestranda da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

²Bióloga, Doutora em Biologia Animal pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

³ Agrônomo, Doutor em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Agricultura Familiar representa 84,4% dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2006) e é a responsável pela produção 70% dos produtos que compõem a dieta do brasileiro. Vários estudos apontam a AF como o *locus* das agriculturas de base ecológica, uma vez que os seus agricultores e agricultoras apresentam naturalmente um conhecimento da *práxis* do manejo da biodiversidade local e da conservação da agrobiodiversidade. Segundo Carmo (2008) esse saber, fruto da convivência com a diversidade biológica e sociocultural dos agroecossistemas, tornam os agricultores fontes extraordinárias de cognição para a geração de CT&I endógenas e localizadas. Além disso, a produção de base ecológica, que tem como uma de suas premissas a diversificação da produção, promove o aumento e a diversificação da dieta alimentar (WEID, 2004), gerando resultados positivos em termos de segurança alimentar e nutricional.

Uma prática comum na agricultura familiar é a venda direta ao consumidor dos excedentes de sua produção. As feiras são os mais antigos espaços desta categoria de comercialização existentes (BADUE & GOMES, 2011). Elas são encontradas desde o centro das grandes cidades até em beiras de estradas, sendo importantes na comercialização principalmente de produtos frescos. Por aproximarem agricultores e agricultoras de seus consumidores são consideradas Circuitos Curtos de Comercialização (CC) (DAROLT, 2013). Todavia, hoje se sabe que, principalmente em feiras de produção convencional, há a presença de atravessadores, que muitas vezes não apresentam a mínima relação com o setor de produção primária, o que em termos de fomento à agricultura familiar não é salutar.

A importância dos circuitos curtos de produção para a garantia de melhor renda, promoção de segurança alimentar e nutricional, conservação da agrobiodiversidade e mais empoderamento dos agricultores familiares de base ecológica vem sendo destacada por inúmeros trabalhos científicos e relatos de experiências (BELIK, *et. al.*, 2000; PAULILLO & ALMEIDA, 2005; PAULILLO, 2002). Além disso, a aproximação e estreitamento de relações entre os atores sociais das feiras possibilitam tirar o agricultor do anonimato e tornar as demandas dos consumidores mais reais. O resgate da conexão entre o rural e o urbano propicia o estabelecimento de um amplo espaço dialógico para troca de saberes, resgate de elos de confiança e da cultura alimentar regional (BADUE & GOMES, 2011). Desta forma, infere-se que a comercialização através de feiras tem o potencial para melhorar o desempenho de indicadores ambientais, econômicos e sociais da agricultura familiar.

Neste contexto o presente trabalho teve por objetivo analisar comparativamente as feiras livres orgânicas e convencionais do município, com destaque para aspectos relacionados ao perfil dos feirantes, sua relação com a agricultura familiar, grau de (in)segurança alimentar e produção para autoconsumo; os circuitos de comercialização e a agrobiodiversidade encontrada nas feiras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para análise comparativa das feiras foram escolhidas três feiras orgânicas e três convencionais, na cidade de Campinas – SP (latitude: 22°54'20''S, longitude: 47°03'39''W) (**Fig. 1**). Cabe ressaltar que a seleção das feiras teve como base sua distribuição espacial, privilegiando-se feiras convencionais que estivessem no mesmo bairro ou em bairro próximo à uma feira orgânica. Desta forma, as características socioeconômicas dos consumidores tendem a ser muito próximas.



Figura 1. Localização das feiras do município de Campinas (SP) envolvidas no projeto: feiras orgânicas (em vermelho) e convencionais (em amarelo). Fonte: google.com/maps

O perfil dos feirantes foi analisado através de uma entrevista semi-estruturada na qual foi possível inferir sobre: características socioeconômicas do entrevistado, sua relação com a agricultura, caracterização dos circuitos de comercialização e redes de comercialização. Também foram entrevistados quanto a suas motivações ao optar por vendas em feiras e sobre as repercussões desta forma de comercialização em sua renda mensal. Aos feirantes que também eram produtores agrícolas abordaram-se os seguintes tópicos: tempo de exercício da profissão, condição de posse da terra e a categorização do tipo de agricultura (familiar ou não).

Em relação à segurança alimentar dos feirantes, todos foram indagados sobre a produção para auto-consumo; estimativa de auto-consumo diário; e se os produtos consumidos em casa são os mesmos vendidos nas feiras. Além disso foi aplicado o questionário da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar - EBIA (SEGALL-CORRÊA & MARIN-LEON, 2009) e convencionou-se que se o entrevistado respondesse negativamente às questões 1, 3 e 5 era considerado automaticamente dentro da faixa de segurança alimentar.

Por fim, em termos de agrobiodiversidade, foi realizada uma amostragem mensal nas feiras, listando-se as espécies e variedades comercializadas. Com esses dados, foi possível mensurar a riqueza (número de diferentes espécies, independentemente das suas frequências) (LYRA, *et al.*, 2011), origem da espécie (nativa ou exótica) e origem comercial da mercadoria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados levantados constatou-se que das 4 feiras orgânicas de Campinas, 3 são iniciativas da Associação de Agricultura Natural de Campinas e região (ANC) e uma é apoiada por esta associação em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Estas feiras privilegiam circuitos curtos de comercialização e a venda direta (100%). Esse tipo de venda foi apontado como uma estratégia fundamental para viabilizar a produção orgânica. Segundo Darolt (2013), esses tipos de circuito de comercialização reforça

a noção de autonomia e conferem um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo.

Na maioria das barracas (88%) os próprios produtores orgânicos se encarregam das vendas, sendo 63% deles produtores familiares, a porcentagem restante corresponde a trabalhadores que exercem suas atividades nas unidades de produção, portanto, também tem conhecimento do modo de manejo dos alimentos e sua procedência. Inúmeros outros trabalhos (RICCOTO, 2002; FAULIN & AZEVEDO, 2003; GODOY, 2005; COUTINHO, *et al.*, 2006) também relatam a estreita relação entre agricultura familiar e o comércio em feiras livres, demonstrando que esses espaços ainda são importantes para manutenção dos hábitos culturais e de trocas de saberes locais.

De modo geral, os feirantes orgânicos organizam-se em redes de comercialização regionais, porém alguns itens não produzidos na região são comercializados em circuitos curtos com venda indireta, pois vêm de outras redes de agricultores ecológicos, como a Rede Ecovida de Agroecologia. Essa Rede utiliza a comercialização solidária para a circulação de seus produtos e assumem a resistência aos "mecanismos de comercialização que afastam quem produz de quem consome e que geram um distanciamento e alienação a respeito das dinâmicas produtivas" (ROVER, 2011).

Foi constatado que nas feiras orgânicas não há nenhum agricultor do próprio município, as mercadorias vêm de regiões vizinhas como Jarinú, Jaguariúna e Ouro Fino, principalmente. O mesmo ocorre com as feiras convencionais, quase a totalidade das mercadorias vêm de agricultores de outras regiões, apenas algumas hortaliças como as alfaces vêm de Barão Geraldo, um distrito de Campinas.

Apesar da área rural corresponder a 50,50% da área total de Campinas (SEPLAMA, 2006), apenas 1,67% da população campineira reside nessas áreas (IBGE, 2010). A atividade que mais se destaca em Campinas é o setor de fruticultura, sendo um importante produtor de figo, goiaba e uvas, colhendo cerca de 22 toneladas por ano (PLANO DIRETOR, 2006). A horticultura também se destaca entre as atividades agrícolas no município. Contudo, toda essa produção é voltada para exportação ou para venda com destinação determinada, como o Ceasa e supermercados, por conta disso não se observa produtos da região nas feiras locais do município.

As feiras livres convencionais são organizadas e fiscalizadas por uma autarquia ligada à Prefeitura Municipal de Campinas. Para conseguir um espaço de venda, os feirantes devem conseguir um alvará junto a SETEC – Serviços Técnicos Gerais da Prefeitura e pagar uma mensalidade a este órgão. Contudo, vários feirantes relatam não ver esse “investimento” sendo aplicado na melhoria desses pontos de comercialização (UENO, *et al.*, 2015). Nessas feiras, as barracas são altamente especializadas em categorias de produtos, sendo essa separação uma obrigatoriedade exigida pela SETEC. Existem 18 ramos de comércio autorizados em feiras livres, cada qual com uma metragem máxima específica (SETEC, 2016). No presente estudo foram analisadas as barracas de (1) frutas, (2) verduras, legumes, palmitos e limões e (3) cebola, batata e alho. Em situação totalmente oposta, as barracas das feiras orgânicas são muito diversas, sendo que no mesmo ponto de venda são encontrados desde frutas e verduras até ovos, mel, pães, iogurte, cogumelos, etc. Em um trabalho realizado por Darolt (2013), que comparou os circuitos curtos de comercialização entre a França e o Brasil também verificou que as propriedades com esse método de venda são mais diversificadas. O mesmo autor afirma

que se, por um lado, essa alta diversificação é desejada, por ser coerente com os princípios do manejo agroecológico, por outro, torna o planejamento produtivo mais complexo.

A comercialização das feiras convencionais pode ser caracterizada, de forma geral, em circuitos de cadeia longa, sendo que nenhum feirante é produtor rural. Geralmente os produtos são adquiridos no Ceasa de Campinas e a revenda ocorre nas feiras livres. Muitos feirantes relatam não saber da origem real das mercadorias e nem o modo de produção ao qual foi submetido a cultura, o que não é salutar do ponto de vista da segurança alimentar. Todavia, constatou-se que a atividade de feira representa uma atividade familiar para 82% desta categoria de feirantes e 27% dos deles relataram vir de famílias de agricultores que faziam feiras.

Os dois grupos de feirantes foram categorizados em situação de segurança alimentar com base na EBIA. No entanto, esta escala entende a qualidade alimentar como “acesso a alimentação saudável e variada” (SEGALL-CORRÊA & MARIN-LEON, 2009). Neste trabalho considerou-se também a qualidade em relação ao sistema de produção dos alimentos (CAPORAL E COSTABEBER, 2003). Assim, foi possível observar, com base nas entrevistas, que, enquanto a alimentação foi quantitativamente adequada para ambos os grupos, a qualidade deixou a desejar entre os feirantes convencionais, que consomem alimentos de origem convencional, manejados com uso de agrotóxicos. Por adquirem esses alimentos em circuitos longos de comercialização têm pouca informação dos processos produtivos utilizados e, portanto, dos riscos decorrentes.

Também se constatou nas entrevistas que todos os feirantes orgânicos produziam para autoconsumo, já que são agricultores orgânico (88%) ou trabalham na unidade de produção (12%). Em média, 80% da alimentação diária dos feirantes orgânicos tem origem na própria produção ou são adquiridas através de trocas ou negociações a preços menores com outros feirantes. Somente alguns itens processados - como farinha, óleos, açúcar e sal - são comprados em supermercados. A opção por produtos orgânicos e livres de transgênicos é quase unânime. Tais práticas não são vistas entre os feirantes convencionais, que não tem o hábito de trocas de mercadorias ou venda a preço diferenciado. Para estes, 60% de seus alimentos são obtidos nas feiras e o restante é adquirido em supermercados. Isso mostra uma maior independência por parte dos feirantes orgânicos em adquirir seus alimentos.

Tabela 3. - Produtos exclusivos das feiras orgânicas e feiras convencionais de Campinas, SP.

Exclusivo das Feiras Orgânicas	Exclusivo das Feiras Convencionais
Bergamota	Banana Maçã
Maçã Fuji Suprema	Maçã Argentina
Uva Isabel	Mamão Papaya
Abóbora Paulista	Maracujá Doce
Kabu	Melão Prince
Komatsuma	Melão Rei
Açafrão	Nespera
Almeirão Italiano	Pitaya
Mizuna	Uva crinson
Radicho	Uva Thompson
Rúcula Italiana	Pimenta dedo de moça
	Pimentão Amarelo

Em relação à agrobiodiversidade pode-se observar que as feiras convencionais apresentaram maior número de variedades de produtos. Somando-se todas as variedades encontradas nas feiras orgânicas ao longo do período foram registradas 53 frutas, 36 hortaliças não folhosas (legumes, bulbos, raízes e tubérculos) e 39 hortaliças folhosas. Já nas feiras convencionais registraram-se 97 variedades de frutas, 48 hortaliças não folhosas e 39 hortaliças folhosas (**Figura 2**). Tal diferença, bastante expressiva principalmente para as frutas, possivelmente está relacionado ao mecanismo de comercialização em circuito longo, sendo que as feiras convencionais de Campinas apoiam-se na revenda de produtos da Ceasa, o que amplia o seu número de fornecedores, sua área de abrangência para a compra e viabiliza acesso contínuo a mercadorias, rompendo com a barreira da sazonalidade. Segundo dados da Ceasa de Campinas, o espaço conta com cerca de 570 permissionários (comerciantes) em cerca de 940 lojas e é responsável pelo abastecimento de mais de 500 municípios e recebe produtos de 700 localidades, inclusive do exterior. Movimenta mais de 60 mil toneladas de frutas, verduras e legumes por mês, o equivalente a cerca de R\$ 95 milhões mensais (CEASA, 2016).

No entanto, quando a comparação leva em consideração apenas o grupo das hortaliças folhosas, especialidade da produção orgânica da região de Campinas (SP), o número de variedades registradas foi o mesmo. Isso demonstra o grande potencial produtor de hortaliças orgânicas na região. Contudo, esse avanço não é observado devido a expansão da área urbana sobre a rural. De acordo como o último Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Lupa), a área de cultivo de hortaliças na região de Campinas caiu pela metade em 12 anos. Em 1996, 385 horticultores trabalhavam em uma área total de 922,4 hectares e hoje o número de hectares cultivados foi reduzido a cerca de 50% — 429,2 hectares (SÃO PAULO, 2008)

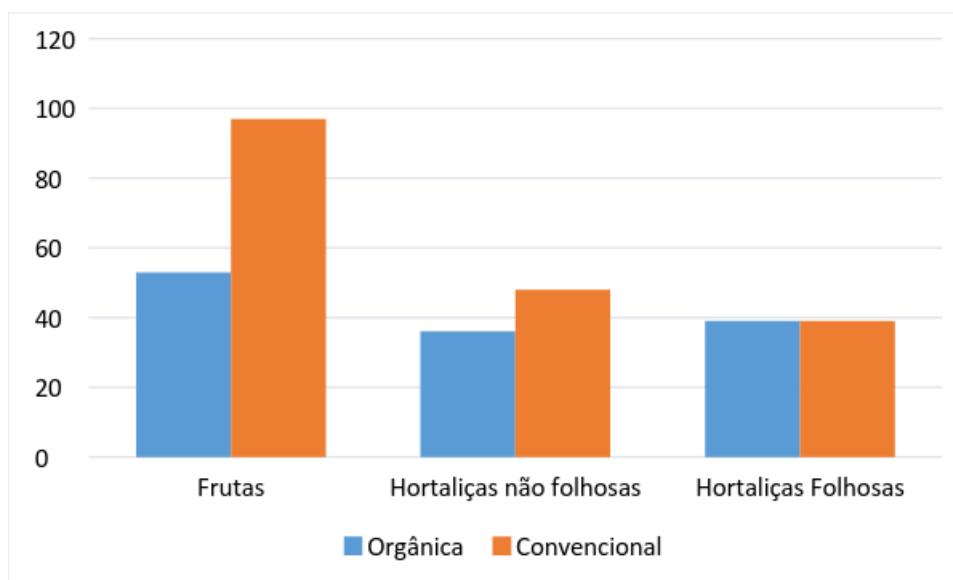


Figura 2- Número de variedades de frutas, hortaliças não folhosas e hortaliças folhosas encontradas em feiras orgânicas e convencionais de Campinas (SP).

De um modo geral, na totalidade das feiras foram encontradas 23 famílias diferentes de frutas com 39 espécies diferentes; 16 famílias de hortaliças com 28 espécies e 9 famílias e 34 espécies de hortaliças folhosas (**Tabela 4**). Dentre essas, a família Brassicaceae apresentou um maior número de espécies diferentes (13), seguida das Rosaceae (9). Em termos de variedade,

a laranja (*Citrus sinensis*) e a manga (*Mangifera indica* L.) apresentaram onze tipos de variedades cada, tendo-se como base a identificação botânica realizada em conjunto com os feirantes.

Outro fato observado é que a grande maioria das espécies comercializadas em ambas as categorias de feiras analisadas é exótica (85% das frutas, 96% das hortaliças não folhosas e 100% das hortaliças folhosas). São principalmente de origem asiática e europeia, apesar da sua produção tender a ser nacional. Isso demonstra a grande influência estrangeira na alimentação brasileira, que nem sempre são mais nutritivas e adequadas para o metabolismo dos brasileiros. Os produtos nativos foram representados principalmente pelas frutas tropicais: abacaxi, caju, goiaba, jabuticaba, maracujá e pinhão. Fato que demonstra o potencial de expansão da produção de alimentos nativos, certamente melhor adaptados às condições climáticas locais e menos sujeitos a pragas e doenças das plantas.

Tabela 4. – Família e nome popular das mercadorias encontradas nas feiras orgânicas e convencionais de Campinas.

Família	Nome Popular (*)
Actinidiaceae	Kiwi (3)
Alliaceae	Alho poró; Cebola; Cebolinha; Nirá
Amaranthaceae	Acelga; Espinafre (2)
Anacardiaceae	Cajamanga; Caju; Manga (11); Seriguela
Annonaceae	Atemóia
Apiaceae	Cenoura; Coentro; Mandioquinha; Salsão; Salsinha
Araceae	Inhame
Arecaceae	Coco
Asparagaceae	Aspargo
Asteraceae	Alface (8); Almeirão (2); Bardana; Catalonia; Chicória; Radicho; Yakon
Brassicaceae	Agrião; Brócolis (2); Couve-flor; Couve-Manteiga; Kabu; Komatsuna; Mizuna; Mostarda; Nabo; Rabanete; Repolho (2); Rúcula (2); Tinguensai
Bromeliaceae	Abacaxi
Cactaceae	Pitaya
Caricaceae	Mamão (2)
Chenopodiaceae	Beterraba
Convolvulaceae	Batata doce (2)

Cucurbitaceae	Abóbora (3); Abobrinha (2); Chuchu (2); Melancia; Melão (6); Pepino (2)
Dioscoreaceae	Cará
Ebenaceae	Caqui (5)
Euphorbiaceae	Mandioca
Fabaceae	Alfafa; Ervilha; Feijão (4); Tamarindo; Vagem (2)
Fagaceae	Castanha Portuguesa
Iridaceae	Açafrão
Lamiaceae	Hortelã; Manjeriço
Lauraceae	Abacate
Liliaceae	Alho
Lythraceae	Romã
Malpighiaceae	Acerola
Malvaceae	Quiabo
Moraceae	Figo
Musaceae	Banana (6)
Myrtaceae	Goiaba, Jabuticaba
Oxalidaceae	Carambola
Passifloráceas	Maracujá (2)
Piperaceae	Pimenta (2)
Poaceae	Milho verde
Rosaceae	Ameixa (8); Amora; Cereja; Maçã (6); Morango; Nectarina; Nespera; Pera (9); Pêssego
Rutaceae	Tangerina (6); Laranja (11); Limão (4)
Sapindaceae	Lichia
Solanaceae	Batata (5); Berinjela (2); Jiló (2); Pimentão (3); Tomate (6)
Vitaceae	Uva (8)
Zingiberaceae	Gengibre

(*) Número de variedades da espécie citadas pelos feirantes

CONCLUSÃO

As feiras apresentam grande potencial de fomento à agricultura familiar de base agroecológica no município de Campinas (SP) e podem gerar repercussões positivas na consolidação da produção orgânica e também em nível regional. Além disso, este estudo demonstrou que as feiras representam um espaço de acesso à agrobiodiversidade pela população, mas ainda há um grande potencial para a inserção de produtos da agrobiodiversidade local.

Constatou-se que, apesar das feiras convencionais apresentarem maior variedade de produtos em função ao seu acesso à CEASA, são os circuitos curtos de comercialização adotados pelas feiras livres orgânicas que dão visibilidade às cadeias produtivas, permitindo aos feirantes e aos consumidores tomarem decisões em prol de hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis, contribuindo para sua segurança alimentar em termos quantitativos e qualitativos. No entanto, é necessário que o poder público municipal desenvolva mecanismos que facilitem este processo e viabilize as condições necessárias para as melhorias nos espaços já existentes e para a sua ampliação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALTIERI, M., The Ecological role of biodiversity in agroecosystems. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, vol. 74, p. 19-31, 1999.

BADUE, A.; GOMES, F., Parcerias entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras. *Caminhos para práticas de consumo responsável*, v. 1, pag. 9, 2011.

BELIK, et. al., Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul./dez. 2003.

CARMO, M., Agroecologia: Novos Caminhos para a Agricultura Familiar. *Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária*, dez. 2008.

CEASA Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <<http://www.ceasacampinas.com.br/novo/index.asp>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

COUTINHO, D. P., *et al.*, Feiras livres do Brejo Paraibano: crise e perspectivas. *In: XLIV CONGRESSO DA SOBER*. Fortaleza, 2006.

DAROLT, M., LAMINE, C., BRANDEMBURG, A., A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas* v. 10, n. 2. Jun. 2013.

FAULIN, A., J., & AZEVEDO, P. F., Distribuição de Hortaliças na Agricultura Familiar: Uma análise das Transações. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.33, n.11, nov. 2003.

GODOY, W. I., As Feiras Livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a Dimensão Socioeconômica de um Sistema Local de Comercialização. 2005. 268p. Dissertação (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 Mai. 2016.

LYRA, D. *et al.*, Conservação on farm da agrobiodiversidade de sítios familiares em Jequié, Bahia, Brasil. Revista Ceres, Viçosa, v.58, n.1, p. 69-76, jan/fev., 2011.

MACHADO, A., Biodiversidade e Agroecologia. In: Boef, W. et al., Biodiversidade e Agricultores: Fortacelendo o Manejo Comunitário, Porto Alegre, RS: L&PM, 2007.

PAULILLO, L.; ALMEIDA, L., Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: A Merenda Escolar como Instrumento de Desenvolvimento Local, Campinas, 2005.

PAULILLO, L. et al., Reestruturação Agroindustrial, Políticas Públicas e Segurança Alimentar Regional. São Carlos: Edufscar, 2002.

PIMENTEL, D., Food Production and the Energy Crisis. Science, Washington, v. 182, p. 443-449, 1973.

PLANO DIRETOR, Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006>>. Acesso em: 03 Mai. 2016.

RICCOTO, A. J., Uma Rede de Produção e Comercialização Alternativa para a Agricultura Familiar: O caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. 2002. 137p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ROVER, O. J., Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 56-63, jan./abr., 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola.

Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Uso da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 16, n.2, p. 1-19, 2009.

SEPLAMA - Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas, 2006.

SETEC – Serviços Técnicos Gerais da Prefeitura, Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <<http://setec.sp.gov.br/site/solo-feira>>. Acesso em: 04 de Maio 2016.

UENO, V., FAGUNDES, G., HABIB, M., Análise comparativa entre feiras orgânicas e convencionais, no município de Campinas (SP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA E SEMINÁRIO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA, 9., 2015, Belém. Anais... Belém, 2015.

WEID, J., Segurança Alimentar: A Agricultura Familiar Aponta o Caminho. Revista Agricultura: Experiências em Agroecologia, v.1, n.0, set. 2004.